Docusign Envelope ID: 143C1E3D-C1AD-8E8D-83A5-CC3B25F0EAD3

Cactos Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Responsabilidade Limitada

(CNPJ: 52.171.801/0001-13)
(Administrado pela XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.)
Demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025 e relatório do auditor independente

Docusign Envelope ID: 143C1E3D-C1AD-8E8D-83A5-CC3B25F0EAD3

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos Cotistas e à Administradora
Cactos Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Responsabilidade Limitada
(Administrado pela XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da classe única do Cactos Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Responsabilidade Limitada ("Fundo"), que compreendem a demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa (método direto) para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

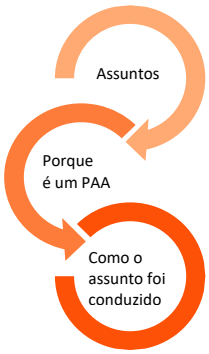
Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Fundo em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis aos fundos de investimento em participações.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação ao Fundo, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações contábeis de entidades de interesse público no Brasil , e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda.
Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3732, Edifício B32, 16º,
São Paulo, SP, Brasil, 04538-132
T: +55 (11) 4004-8000

www.pwc.com.br

Docusign Envelope ID: 143C1E3D-C1AD-8E8D-83A5-CC3B25F0EAD3

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Existência e mensuração do investimento em cotas de fundos de investimento em participações (Notas 3 e 4.1)	
O Fundo possui investimentos em cotas de fundos de investimento em participações Para as cotas de fundos de investimento, o administrador do Fundo utiliza os extratos dos fundos investidos, emitidos pelos respectivos administradores, para confirmação da mensuração e existência desses investimentos. Considerando a sua relevância em relação ao patrimônio líquido do Fundo e, a consequente apuração do valor de sua cota, a mensuração e existência desses investimentos foram consideradas uma área de foco em nossa auditoria.	Para as cotas de fundos de investimento, testamos a existência desses investimentos por meio do confronto dos extratos de custódia com informações disponibilizadas pelos administradores dos fundos investidos. Adicionalmente, realizamos o confronto, em base de testes, dos valores utilizados para mensuração desses investimentos com os valores das cotas disponibilizados pelos administradores dos fundos investidos. Obtivemos os relatórios de auditoria sobre as demonstrações contábeis mais recentes dos fundos investidos relevantes e, quando considerado apropriado, também dos fundos investidos por esses fundos. Com base nessas informações, analisamos se há modificação no relatório do auditor ou informação relevante com impacto nas demonstrações financeiras do Fundo. Consideramos que os critérios e as premissas adotadas pela Administração na mensuração do valor justo desses investimentos do Fundo são consistentes com as informações analisadas em nossa auditoria.

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Mensuração de valores a receber de contraprestação variável (“earn-out”) (Notas 3 e 4.3)	
O Fundo possui valores a receber de contraprestação variável (“earn-out”) decorrente de direito contratual da venda de investimento em ações de companhia de capital fechado. A mensuração dos valores a receber de contraprestação variável (“earn-out”) decorrente de direito contratual da venda de investimento em ações de companhia de capital fechado é obtida com base em laudo de avaliação elaborado por empresa especializada, que utilizou a metodologia baseado em cenários.	Para os valores a receber de contraprestação variável (“earn-out”) decorrente de direito contratual da venda de ações de companhia de capital fechado, inspecionamos o laudo de avaliação a valor justo elaborado por empresa especializada. Adicionalmente, com o auxílio de nossos especialistas em precificação de ativos dessa natureza, analisamos a metodologia de cálculo e as principais premissas adotadas pela Administração e empresa especializada, na construção do modelo de precificação, bem como analisamos o

Docusign Envelope ID: 143C1E3D-C1AD-8E8D-83A5-CC3B25F0EAD3

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Considerando a sua relevância em relação ao patrimônio líquido do Fundo e, a consequente apuração do valor de sua cota, a mensuração do valor da contraprestação a receber foi considerada uma área de foco em nossa auditoria.	alinhamento dessas premissas e desse modelo com as práticas usualmente utilizadas pelo mercado. Consideramos que os critérios e as premissas adotadas pela Administração na mensuração do valor justo do do Fundo são consistentes com as informações analisadas em nossa auditoria.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração do Fundo é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis aos fundos de investimento em participações e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Fundo continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis. A continuidade das operações de um fundo de investimento é, adicionalmente, dependente da prerrogativa dos cotistas em resgatar suas cotas nos termos do regulamento do Fundo.

Os responsáveis pela governança do Fundo são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria, realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Docusign Envelope ID: 143C1E3D-C1AD-8E8D-83A5-CC3B25F0EAD3

Cactos Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Responsabilidade Limitada
(Administrado pela XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Fundo.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Fundo. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Fundo a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações, e se essas demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 01 de junho de 2026

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

DocuSigned by
Wilian Shigueaki Tatebe
Assinado por: WILIAN SHIGUEAKI TATEBE:21858637899
CPF: 21858637899
Data/Hora da Assinatura: 01 June 2026 | 20:52 BRT
O: ICP-Brasil, OU: Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB
C: BR
Emissor: AC SERASA RFB v5
426B6DDBDFAE45F...

Wilian Shigueaki Tatebe
Contador CRC 1SP253071/O-3

Docusign Envelope ID: 143C1E3D-C1AD-8E8D-83A5-CC3B25F0EAD3

Cactos Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Responsabilidade Limitada
CNPJ: 52.171.801/0001-13
(Administrado pela XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.)
(CNPJ: 02.332.886/0001-04)

Demonstração da posição financeira
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

		2025			2024		
	Nota	Quantidade	Mercado/ realização	% sobre patrimônio líquido	Quantidade	Mercado/ realização	% sobre patrimônio líquido
Ativo circulante			**55.635**	**102,52%**		**74.125**	**61,63%**
Disponibilidades			**1**	0,00%		**-**	0,00%
Cotas de Fundo de Investimento	4.1	**1.258.129,182**	**28.577**	**51,43%**	**15.787.193,408**	**74.103**	**61,61%**
Fundos de Investimentos em Renda Fixa		**1.200.937,182**	**1.407**	**2,53%**	**15.730.001,408**	**16.142**	**13,42%**
XP Cash M1 F.I.R.F. Simples Responsabilidade Limitada		1.200.937,182	1.407	2,53%	15.730.001,408	16.142	13,42%
Fundos de Investimentos em Participações		**57.192,000**	**27.170**	**48,90%**	**57.192,000**	**57.961**	**48,19%**
Jerico F.I.P. em Infraestrutura		50.792,000	26.919	48,45%	50.792,000	52.466	43,62%
Caroa F.I.P. em Infraestrutura		6.400,000	251	0,45%	6.400,000	5.495	4,57%
Valores a receber			**25.730**	**48,70%**		**-**	**0,00%**
Contraprestação variável (Earn-out)	4.3		25.730	46,32%		-	0,00%
Demais valores a receber			**1.327**	**2,39%**		**22**	**0,02%**
Taxa de fiscalização CVM			7	0,01%		22	0,02%
Comissão sobre performance	4.3.2		1.320	2,38%		-	0,00%
Ativo não circulante			**-**	**0,00%**		**46.190**	**38,40%**
Títulos de Renda Variável	4.2						
Ações de companhia fechada		**-**	**-**	**0,00%**	**296.805,000**	**46.190**	**38,40%**
Porto do Pecém Geração de Energia S.A.		-	-	0,00%	296.805,000	46.190	38,40%
Total do Ativo			**55.635**	**102,52%**		**120.315**	**100,03%**
Passivo circulante			**76**	**0,14%**		**37**	**0,03%**
Valores a pagar			**76**	**0,14%**		**37**	**0,03%**
Auditoria e custódia			49	0,09%		6	0,00%
Remuneração da Administração			15	0,03%		15	0,02%
Taxa de gestão			11	0,02%		10	0,01%
Custo Cetip/Selic			1	0,00%		6	0,00%
Total do Passivo			**76**	**0,14%**		**37**	**0,03%**
Patrimônio líquido			**55.559**	**100,00%**		**120.278**	**100,00%**
Total do passivo e patrimônio líquido			**55.635**	**100,14%**		**120.315**	**100,03%**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

[CLASSIFICAÇÃO: PÚBLICA]

Docusign Envelope ID: 143C1E3D-C1AD-8E8D-83A5-CC3B25F0EAD3

Cactos Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Responsabilidade Limitada
CNPJ: 52.171.801/0001-13
(Administrado pela XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.)
(CNPJ: 02.332.886/0001-04)

Demonstração do resultado e do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	Nota	2025	2024
Renda variável e outros títulos e valores mobiliários		**47.868**	**35.175**
Valorização/desvalorização das ações de companhia fechada	4.2.2	-	9.773
Resultado nas negociações de ações	4.2.2	18.152	-
Dividendos e juros sobre capital próprio	4.2.3	29.716	25.402
Cotas de Fundo de Investimento		**78.251**	**38.543**
Resultado com aplicações em cotas de fundos		78.251	38.543
Receitas		**27.050**	**-**
Valorização de contraprestação variável (Earn-out)	4.3.1	25.730	-
Comissão sobre performance	4.3.2	1.320	-
Despesas	12	**(2.958)**	**(7.630)**
Consultoria Financeira		(2.096)	(4.980)
Honorários Advocatícios		(293)	(1.754)
Remuneração da Administração		(195)	(191)
Taxa de gestão		(134)	(514)
Auditoria e custódia		(163)	(102)
Demais despesas		(77)	(89)
Resultado dos exercícios		**150.211**	**66.088**
Outros resultados abrangentes		-	-
Resultado abrangente total		**150.211**	**66.088**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

[CLASSIFICAÇÃO: PÚBLICA]

Docusign Envelope ID: 143C1E3D-C1AD-8E8D-83A5-CC3B25F0EAD3

Cactos Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Responsabilidade Limitad
CNPJ: 52.171.801/0001-13
(Administrado pela XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.
(CNPJ: 02.332.886/0001-04)

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	Nota	Cotas Integralizadas/ amortizadas	Reserva de lucros	Resultado do exercício	Total
Em 31 de dezembro de 2023		**353.300**	**39.538**	**-**	**392.838**
Amortização de cotas	7	(293.164)			(293.164)
Amortização de rendimentos	7		(45.484)		(45.484)
Resultado do exercício				66.088	66.088
Constituição de reserva de lucros			66.088	(66.088)	-
Em 31 de dezembro de 2024		**60.136**	**60.142**	**-**	**120.278**
Amortização de cotas	7	(59.460)			(59.460)
Amortização de rendimentos	7		(155.470)		(155.470)
Resultado do exercício				150.211	150.211
Constituição de reserva de lucros			150.211	(150.211)	-
Em 31 de dezembro de 2025		**676**	**54.883**	**-**	**55.559**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

[CLASSIFICAÇÃO: PÚBLICA]

Docusign Envelope ID: 143C1E3D-C1AD-8E8D-83A5-CC3B25F0EAD3

Cactos Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Responsabilidade Limitada
CNPJ: 52.171.801/0001-13
(Administrado pela XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.)
(CNPJ: 02.332.886/0001-04)

Demonstração dos fluxos de caixa (método direto)
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

		2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Aplicação e resgate em fundos de renda fixa		16.441	118.774
Pagamento de consultoria		(2.096)	(4.980)
Pagamento de honorários advocatícios		(293)	(1.754)
Pagamento de taxa de gestão		(133)	(514)
Pagamento de taxa de administração		(195)	(187)
Pagamento de taxa de custódia		(80)	(100)
Pagamento de despesas de auditoria		(41)	-
Pagamento de despesas Cetip		(22)	(28)
Pagamento de laudista		(21)	(12)
Pagamento de taxa de fiscalização CVM		(20)	(57)
Pagamento de despesas Anbima		(3)	(9)
Caixa líquido das atividades operacionais		**13.537**	**111.133**
Fluxo de caixa das atividades de Investimento			
Aplicação e resgate em fundos de participação		-	(56.842)
Recebimento de amortização de fundos de participaçã	4.1	107.336	23.898
Recebimento por venda de ações - Porto do Pecém	4.2.1	64.342	83.709
Recebimento por cessão de ações - Porto do Pecém	4.2.1	-	151.348
Recebimento de dividendos - Porto do Pecém	4.2.3	29.716	25.402
Caixa líquido das atividades de Investimento		**201.394**	**227.515**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Amortização de cotas	7	(59.460)	(293.164)
Amortização de rendimentos	7	(155.470)	(45.484)
Caixa líquido das atividades de financiamento		**(214.930)**	**(338.648)**
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa		**1**	**-**
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		-	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		1	-
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa		**1**	**-**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

[CLASSIFICAÇÃO: PÚBLICA]

Docusign Envelope ID: 143C1E3D-C1AD-8E8D-83A5-CC3B25F0EAD3

Cactos Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Responsabilidade Limitada

CNPJ: 52.171.801/0001-13
(Administrado pela XP Investimentos Corretora de Câmbio. Títulos e Valores Mobiliários S.A.)
(CNPJ: 02.332.886/0001-04)

Notas explicativas às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(em milhares de reais, exceto quando especificado)

1. Contexto operacional

O Cactos Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Responsabilidade Limitada (“Fundo”) foi constituído em 13 de setembro de 2023, e teve início de suas operações em 20 de dezembro de 2023, sob a forma de condomínio fechado com prazo indeterminado de duração.

O Fundo é constituído por uma única classe de cotas denominada Classe Única de Emissão do Cactos Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Responsabilidade Limitada (“Classe Única”), que tem como objetivo proporcionar ao cotista a obtenção de ganhos de capital mediante a valorização de suas cotas, por meio da aplicação, direta ou indireta, preponderantemente, em ações, bônus de subscrição, debêntures simples, notas comerciais e outros títulos e valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações de emissão da Porto do Pecém Geração de Energia S.A., situada no Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP), em São Gonçalo do Amarante (CE).

A Classe Única destina-se a receber aplicações, exclusivamente, de um único investidor classificado como profissional.

A gestão e administração da carteira da Classe Única é realizada pela XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.

A administração, tomando por base os critérios definidos nas Instruções CVM 579, de 30 de agosto de 2016 e alterações posteriores, classificou a Classe Única como entidade de investimento, uma vez que os aspectos do investimento da Classe Única na companhia se enquadram entre aqueles itens qualificadores previstos nos artigos 4º, 5º e 7º da referida Instrução.

Os investimentos em fundos não são garantidos pela administradora, pela gestora ou por qualquer mecanismo de seguro, ou, ainda, pelo Fundo Garantidor de Créditos (“FGC”). Os cotistas estão expostos à possibilidade de serem chamados a aportar recursos nas situações em que o patrimônio líquido se torne negativo.

2. Apresentação e elaboração das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as normas e práticas contábeis adotadas no Brasil para os fundos de investimento em participações, principalmente a instrução CVM nº 579/16 de 30 de agosto de 2016 e demais normas emanadas pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).

Na elaboração dessas demonstrações contábeis foram utilizadas premissas e estimativas de preços para a contabilização e determinação dos valores dos ativos integrantes da carteira da Classe Única. Dessa forma, quando da efetiva liquidação financeira desses ativos, os resultados auferidos poderão vir a ser diferentes dos estimados.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administradora e Gestora da Classe Única para emissão e divulgação em 01 de junho de 2026.

3. Descrição das principais políticas contábeis

Cotas de fundo de investimento: as aplicações em cotas de fundo de investimento são atualizadas, diariamente, pelos respectivos valores das cotas divulgadas pelos seus respectivos administradores.

Mensuração dos ativos financeiros: Os ativos financeiros são mensurados ao valor justo, sem dedução de custos estimados de transação que seriam eventualmente incorridos quando de sua alienação.

O "valor justo" de um instrumento financeiro em uma determinada data é interpretado como o valor pelo qual ele poderia ser comprado e vendido naquela data por duas partes informadas, agindo deliberadamente e com prudência, em uma transação em condições regulares de mercado. A referência mais objetiva e comum para o valor justo de um instrumento financeiro é o preço que seria pago por ele em um mercado ativo, transparente e significativo ("preço cotado" ou "preço de mercado").

Docusign Envelope ID: 143C1E3D-C1AD-8E8D-83A5-CC3B25F0EAD3

Caso não exista preço de mercado para um determinado instrumento financeiro, seu valor justo é estimado com base em técnicas de avaliação normalmente adotadas pelo mercado financeiro, levando-se em conta as características específicas do instrumento a ser mensurado e sobretudo as diversas espécies de risco associados a ele.

As variações no valor contábil de ativos e passivos financeiros mensurados a valor justo são reconhecidas na demonstração do resultado, em suas respectivas contas de origem.

O valor justo dos instrumentos financeiros que não possuem suas cotações disponíveis ao mercado, por exemplo, Bolsa de Valores, são mensurados mediante utilização de técnicas de avaliação, sendo considerados métodos e premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado e, também, nas informações disponíveis, na data das Demonstrações Financeiras.

Ações de companhias de capital fechado: As ações de companhias de capital fechado, sem cotação em bolsa de valores ou em mercado de balcão organizado, são registradas inicialmente pelo seu respectivo valor de aquisição e ajustadas, ao menos na data da apresentação das demonstrações financeiras, pelo seu valor justo nos termos da Instrução CVM nº 579 e regulamentações anteriores. Os ganhos ou perdas decorrentes de avaliação dos ativos, ainda que não realizados financeiramente, são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício.

Contraprestação a receber (Earn-out): A contraprestação a receber (earn-out) em operações de alienação de investimentos é avaliada para determinar se atende à definição de ativo financeiro. Quando tal contraprestação representa um direito contratual do Fundo de receber caixa ou outro ativo financeiro, condicionado ao cumprimento de eventos futuros, o instrumento é reconhecido como ativo financeiro e avaliados a valor justo.

Dividendos e juros sobre capital próprio: Os recursos decorrentes de dividendos, juros sobre o capital próprio, juros ou qualquer outra remuneração decorrente dos ativos de titularidade do Fundo poderão ser destinados a reinvestimento ou à amortização de cotas, observando-se que: i) caso tais recursos sejam distribuídos durante o Período de Investimento, estes são retidos, total ou parcialmente, para pagamento de encargos do Fundo ou para seu reinvestimento, o restante é repassado diretamente aos cotistas; ii) caso a distribuição ocorra no período de desinvestimento, os valores relativos aos dividendos ou aos juros sobre capital próprio são repassados aos cotistas.

Outros ativos e passivos: Os valores a receber e as obrigações são demonstradas pelos valores conhecidos e calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias incorridas.

Receitas e despesas: As receitas e despesas são reconhecidas de acordo com o regime de competência, observando-se o critério “pro rata die”.

4. Títulos e Valores Mobiliários

4.1 Cotas de fundos de investimento

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o Fundo auferiu R$ 78.251 em resultados provenientes de cotas de fundos de investimento (R$ 38.543 em 2024). Na data-base, as cotas de fundos de investimento estavam representadas pelos seguintes ativos:

Fundos de Investimento	2025			2024		
	Quantidade	PU	Valor de mercado	Quantidade	PU	Valor de mercado
Jerico F.I.P. em Infraestrutura (a)	50.792,00	529,982555	26.919	50.792,00	1.032,95	52.466
Caroá F.I.P. em Infraestrutura (b)	6.400,00	39,174179	251	6.400,00	858,56	5.495
XP Cash M1 F.I.R.F. Simples R.L. (c)	1.200.937,18	1,171779	1.407	15.730.001,41	1,026208	16.142

(a) Jerico F.I.P. em Infraestrutura: O Jericó Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura, CNPJ 52.171.799/0001-82, foi constituído em 13 de setembro de 2023, e teve início de suas operações em 20 de

Docusign Envelope ID: 143C1E3D-C1AD-8E8D-83A5-CC3B25F0EAD3

dezembro de 2023, sob a forma de condomínio fechado com prazo indeterminado de duração. O objetivo de investimento do Fundo é proporcionar aos seus cotistas ganhos de capital mediante a valorização de suas cotas, por meio da aplicação, preponderantemente, em ações, bônus de subscrição, debêntures simples, notas comerciais e outros títulos e valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações da sociedade Porto do Pecém Geração de Energia S.A. (“Porto do Pecém”), situada no Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP), em São Gonçalo do Amarante (CE). O Fundo destina-se a receber aplicações, exclusivamente, de um único investidor classificado como profissional.

O Jericó Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura, nos termos de seu regulamento, exceto se de outra forma deliberado em assembleia de cotistas, realizará amortizações de cotas sempre que houver disponibilidade de recursos em caixa, desde que mantido um caixa mínimo considerado suficiente para o pagamento dos custos, despesas, encargos e demais obrigações projetadas do fundo, conforme apurado pela administradora, e após a dedução das despesas e encargos aplicáveis.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o Fundo recebeu a título de amortização o montante de R$ 101.298 (R$ 18.253 em 2024).

Até a data de emissão das demonstrações contábeis do Fundo, as demonstrações contábeis do Jerico F.I.P. em Infraestrutura, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, não estavam disponíveis.

(b) Caroá F.I.P. em Infraestrutura: O Caroá Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Responsabilidade Limitada, CNPJ 52.171.772/0001-90, foi constituído em 13 de setembro de 2023, e teve início de suas operações em 20 de dezembro de 2023, sob a forma de condomínio fechado com prazo de duração até 31 de dezembro de 2027. O objetivo de investimento do Fundo é proporcionar aos seus cotistas ganhos de capital mediante a valorização de suas cotas, por meio da aplicação, preponderantemente, em ações, bônus de subscrição, debêntures simples, notas comerciais e outros títulos e valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações da sociedade Porto do Pecém Geração de Energia S.A. (“Porto do Pecém”), situada no Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP), em São Gonçalo do Amarante (CE). O Fundo destina-se a receber aplicações, exclusivamente, de um único investidor classificado como profissional.

O Caroá Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura, nos termos de seu regulamento, exceto se de outra forma deliberado em assembleia de cotistas, realizará amortizações de cotas sempre que houver disponibilidade de recursos em caixa, desde que mantido um caixa mínimo considerado suficiente para o pagamento dos custos, despesas, encargos e demais obrigações projetadas do fundo, conforme apurado pela administradora, e após a dedução das despesas e encargos aplicáveis.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o Fundo recebeu a título de amortização o montante de R$ 6.038 (R$ 5.645 em 2024).

Até a data de emissão das demonstrações contábeis do Fundo, as demonstrações contábeis do Caroá F.I.P. em Infraestrutura, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, não estavam disponíveis.

(c) XP Cash M1 F.I.R.F. Simples R.L.: O XP Cash M1 Fundo de Investimento em Renda Fixa Simples Responsabilidade Limitada, CNPJ 56.876.275/0001-48, foi constituído em 16 de agosto de 2024 e teve início de suas operações em 30 de setembro de 2024, sob a forma de condomínio aberto, com prazo de duração indeterminado. O objetivo do Fundo é obter ganhos, mediante investimentos em títulos, valores mobiliários e/ou ativos financeiros no mercado de renda fixa, tendo como principais fatores de risco a variação da taxa de juros e/ou de índice de preços. O Fundo destina-se ao Público em geral, sendo fundos de investimento custodiados pelo Modal DTVM Ltda (CNPJ: 05.389.174/0001-01)

4.2 Ações de companhia de capital fechado

4.2.1 Composição da carteira

Abaixo apresentamos a composição dos investimentos em ações de companhias de capital fechado nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

Docusign Envelope ID: 143C1E3D-C1AD-8E8D-83A5-CC3B25F0EAD3

			2024
Razão Social	**Participação no capital Social**	**Quantidade de ações**	**Saldo**
Porto do Pecém Geração de Energia S.A. (i)	11,87%	296.805	46.190
Total			**46.190**

(i) Porto de Pecém Geração de Energia S.A.: A Porto de Pecém Geração de Energia S.A, ("Porto Pecém") sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade de São Gonçalo do Amarante no Estado do Ceará, tem como principal objeto social a realização de estudos, projetos, construção, instalação, implantação, operação comercial, manutenção e exploração da usina térmica denominada Pecém I (UTE Pecém I) e a prática de atos de comércio em geral, relacionados a essas atividades, incluindo a geração e a comercialização de energia e capacidade elétrica, a intermediação na compra e venda de energia e capacidade elétrica, seja no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE ou de outro foro regulamentado por lei.

A Porto de Pecém, conforme Portaria do Ministério de Minas e Energia - MME nº 226 de 27 de junho de 2008, possui autorização para a construção e operação de uma usina termelétrica a carvão mineral, instalada no Complexo Industrial e Portuário do Pecém - CIPP, Estado do Ceará, com capacidade instalada de geração de 720,3 MWm. Esta autorização vigorará pelo prazo de 35 anos, sem previsão de prorrogação na legislação atual.

Em 20 de setembro de 2023, o Fundo celebrou contrato de compra e venda de ações junto à EDP Energias do Brasil S.A (vendedora), para compra de ações de emissão da Porto de Pecém. Na data do fechamento da operação, em 22 de dezembro de 2023, o Fundo passou a deter 60% do capital social da companhia, tendo adquirido 1.800 ações, ao preço de R$ 346.020, distribuídas nas seguintes classes:

Espécies e Classes de Ações	**Quantidade de ações FIP Cactos**	**% participação FIP Cactos**	**Ações Totais Porto Pecém**
Ações Ordinárias	500.000	33,33%	1.500.000
Ações PNA	1.000.000	100,00%	1.000.000
Ações PNB	300.000	60,00%	500.000
Classe B1	*15.000*	*60,00%*	*25.000*
Classe B2	*30.000*	*60,00%*	*50.000*
Classe B3	*52.500*	*60,00%*	*87.500*
Classe B4	*52.500*	*60,00%*	*87.500*
Classe B5	*60.000*	*60,00%*	*100.000*
Classe B6	*90.000*	*60,00%*	*150.000*
Totais	**1.800.000**	**60,00%**	**3.000.000**

Em 27 de dezembro de 2023 o Fundo celebrou contrato de compra e venda de ações junto aos fundos Caroá Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura, CNPJ 52.171.772/0001-90 e Jericó Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura, CNPJ 52.171.799/0001-82, alienando as ações de Porto de Pecém, conforme quadro a seguir:

Compradores	**Espécies e Classes de Ações**	**Quantidade de ações**	**PU Venda**	**Venda**	**PU Aquisição**	**Custo**	**Resultado Venda**
Caroá FIP em Infraestrutura	PNB1	7.117	614,41	4.373	600,00	4.270	103
	PNB2	7.117	614,41	4.373	600,00	4.270	103
	PNB3	7.117	614,41	4.373	600,00	4.270	103
	PNB4	7.117	614,41	4.373	600,00	4.270	103
	PNB5	7.117	614,41	4.373	600,00	4.270	103

Docusign Envelope ID: 143C1E3D-C1AD-8E8D-83A5-CC3B25F0EAD3

	PNB6	7.117	614,41	4.373	600,00	4.270	103
	PNB7	7.102	614,41	4.364	600,00	4.261	103
		49.804		**30.602**		**29.881**	**721**
Jericó FIP em Infraestrutura	ON	207.130	133,73	27.700	110,68	22.925	4.773
	PNA	414.260	133,73	55.400	110,68	45.850	9.548
		621.390		**83.100**		**68.775**	**14.321**
Total		**671.194**		**113.702**		**98.656**	**15.042**

A operação de venda gerou um ganho para o Fundo de R$ 15.042, conforme apresentado das demonstrações do resultado do exercício, rubrica “Resultado nas negociações de ações”.

Em 31 de janeiro de 2024 o Fundo vende e transfere ao Jericó FIP em Infraestrutura, CNPJ 52.171.799/0001-82, o direito, a titularidade e a participação que o Fundo detém sobre as seguintes ações de emissão de Porto do Pecém: (i) 52.870 ações ordinárias; e (ii) 528.935 ações preferenciais classe A. Pela venda, o Jericó FIP pagou o montante de R$ 77.806.

Na mesma data o Fundo vende e transfere ao Caroá FIP em Infraestrutura, CNPJ 52.171.772/0001-90, o direito, a titularidade e a participação que o Fundo detém sobre as seguintes ações de emissão de Porto do Pecém: (i) 1.373 ações preferenciais classe B1, (ii) 1.373 ações preferenciais classe B2, (iii) 1.373 ações preferenciais classe B3, (iv) 1.373 ações preferenciais classe B4, (v) 1.373 ações preferenciais classe B5, (vi) 1.373 ações preferenciais classe B6, e (vii) 1.370 ações preferenciais classe B7. Pela venda, o Caroá FIP pagou o montante de R$ 5.903.

Em 8 de fevereiro de 2024 o Fundo vende e transfere ao Banco XP S.A. (Cessionário), e o Cessionário compra, nesta data, o direito, a titularidade e a participação que o Fundo detém sobre as seguintes ações de emissão de Porto do Pecém: (i) 34.380 ações preferenciais classe B1; (ii) 34.380 ações preferenciais classe B2; (iii) 34.380 ações preferenciais classe B3; (iv) 34.380 ações preferenciais classe B4; (v) 34.380 ações preferenciais classe B5; (vi) 34.380 ações preferenciais classe B6; e (vii) 34.308 ações preferenciais classe B7. Pela cessão, o cessionário pagou o montante de R$ 151.348.

Em 21 de julho de 2025, foi celebrado o Termo de Fechamento ao Contrato de Compra e Venda, concluindo a venda da totalidade de sua participação acionária na Porto do Pecém Geração de Energia S.A., composta por 240.000 ações ordinárias e 56.806 ações preferenciais classe A (PNA) para a Diamante Geração de Energia Ltda. pelo valor de R$ 64.342. As ações preferenciais classe A (PNA) estavam registradas na carteira pelo valor contábil de R$ 46.190, tendo a operação de alienação gerado um resultado de R$ 18.182.

O ganho total na alienação do investimento, no montante de R$ 1.630, foi reconhecido na demonstração do resultado da Classe Única na rubrica de “Resultado nas negociações de ações”, líquidos dos encargos e tributos incidentes, estando em linha com a estratégia de desinvestimento acordada com os cotistas, no contexto da transação de venda da UTE Porto do Pecém para a Diamante Geração de Energia Ltda.

Em 31 de dezembro de 2025, a Classe Única não detinha mais ações do Porto Pecém, tendo alienado integralmente a participação de 296.805 ações registrada em 31 de dezembro de 2024, que representava 11,87% do capital social então emitido.

4.2.2 Movimentação dos investimentos

Abaixo as movimentações ocorridas nos investimentos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

2025

Razão Social	Saldo Inicial	Venda de ações	Ganho na vendas	Valor justo	Saldo Final

Docusign Envelope ID: 143C1E3D-C1AD-8E8D-83A5-CC3B25F0EAD3

			de ações		
Porto do Pecém Geração de Energia S.A.	46.190	(64.342)	(18.182)		-
Total	**46.190**	**(64.342)**	**(18.182)**		**-**

2024

Razão Social	Saldo Inicial	Venda de ações	Ganho na vendas de ações	Valor justo	Saldo Final
Porto do Pecém Geração de Energia S.A.	271.474	(235.057)[1]	-	9.773	46.190
Total	**271.474**	**(235.057)**	**-**	**9.773**	**46.190**

[1] Vide Nota 4.2.1 (i).

4.2.3 Avaliação dos investimentos

Em 31 de dezembro de 2024 o investimento foi avaliado ao valor justo com base em laudo de avaliação econômico-financeira elaborado por empresa especializada, para a data-base 30 de setembro de 2024.

Para o cálculo, a Apsis Consultoria Empresarial Ltda., utilizou a abordagem de Modelo de Dividendos Descontados ("MDD"). Essa metodologia define o valor da empresa como o resultado do fluxo de dividendos projetados descontados a valor presente. Tal fluxo é composto pelos dividendos projetados para ações ON, PNA e PNB, com redução de capital, nesse caso, prevista para agosto de 2028.

Os valores estimados de dividendos estão em linha com as premissas de distribuição de Porto Pecém e correspondem ao valor mínimo entre a sua reserva de lucros e disponibilidades, calculados de acordo com as políticas determinadas pela companhia ao longo da projeção.

O período projetivo dos dividendos distribuídos é determinado considerando-se o prazo de operação de Porto Pecém, que finda em 2027, com fluxos remanescentes de desmobilização até agosto de 2028. O fluxo é, então, trazido a valor presente, utilizando-se uma taxa de desconto que irá refletir o risco associado ao mercado, à empresa e à estrutura de capital.

Para essa avaliação, como dito anteriormente, foram considerados apenas os fluxos de dividendos esperados ao longo do período de operação, findo em 2027, com fluxos remanescentes de desmobilização até agosto de 2028, sem a premissa de continuidade das atividades, implicando a não existência de valor residual. Assim, o último fluxo projetado reflete, além dos resultados operacionais, a redução de capital prevista.

As principais premissas consideradas na última avaliação ao valor justo realizada (referente ao exercício de 2024) foram:

Premissas	2024
	Porto de Pecém
Método de avaliação	MDD[1]
Período de projeção	3 anos e 9 meses
Taxa livre de risco	3,00%
Prêmio de risco	6,40%
Prêmio de tamanho	4,70%

Docusign Envelope ID: 143C1E3D-C1AD-8E8D-83A5-CC3B25F0EAD3

Risco-Brasil	2,70%
Beta alavancado	1,43
Ke – Custo K próprio	21,50%
Taxa de desconto	21,50%
Inflação	3,60%

[1] Modelo de Dividendos Descontados

4.2.3 Dividendos

Refere-se aos dividendos recebidos ou a receber das companhias investidas referentes a participação da Classe Única no resultado.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o saldo de dividendos é composto por:

Dividendos	**2024**	**2025**		
	Apropriados	**Apropriados**	**Recebido**	**A receber**
Porto do Pecém Geração de Energia S.A.	25.402	29.716	29.716	-
Total	**25.402**	**29.716**	**29.716**	**-**

4.3 Valores a receber

4.3.1 Contraprestação variável (Earn-out)

Conforme consta no Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças (“SPA”) datado de 23 de maio de 2025, a alienação do investimento do Porto do Pecém pela Classe Única, possui previsão contratual de pagamentos adicionais, sendo eles (i) uma contraprestação denominada parcela condicional, relacionada a potenciais projetos a gás natural (conversão da usina existente e/ou expansão em modelo LNG-to-power) e (ii) uma contraprestação denominada parcelas variáveis, relacionada à eventual recontratação da usina a carvão mineral.

Com base em laudo de avaliação independente da APSIS Consultoria, datada de 29 de setembro de 2025, elaborado para a data-base 31 de agosto de 2025, em conjunto com o parecer técnico da Mercurio Gestora de Recursos Ltda. datado de 09 de outubro de 2025, concluiu-se que:

(i) Para a contraprestação relacionada ao gás natural, a probabilidade de materialização é nula, em razão da elevada incerteza quanto à competitividade do projeto greenfield, às restrições de escoamento no sistema de transmissão do Ceará, à necessidade de parcerias estratégicas e ao estágio incipiente do desenvolvimento dos projetos. Em consequência, foi atribuído valor zero ao componente de earn-out a gás, refletindo uma abordagem conservadora frente ao atual contexto regulatório, competitivo e de oferta de capacidade térmica no Sistema Integrado Nacional (SIN).

(ii) Para a contraprestação relacionada à recontratação da usina a carvão, o gestor considerou o cenário em que o produto de carvão no LRCAP 2026 seja segregado do produto de gás, em linha com pleitos setoriais e com a minuta da Portaria MME colocada em consulta pública. Nessa hipótese, as usinas a carvão elegíveis restringem-se, em termos práticos, a três concorrentes (UTE Pecém I, UTE Pecém II e UTE Itaqui), às quais foi atribuída probabilidade equiprovável de sucesso, resultando em probabilidade de 30% de recontratação para Pecém I. A APSIS, por sua vez, estruturou a avaliação do earn-out como ativo financeiro, utilizando metodologia baseada em cenários (Scenario-Based Method – SBM), combinando os preços de referência definidos no SPA e na minuta regulatória, a árvore de probabilidades de prazo contratual, a correção monetária pelo IPCA e taxa de desconto compatível com o risco sistemático do projeto.

Docusign Envelope ID: 143C1E3D-C1AD-8E8D-83A5-CC3B25F0EAD3

Com base nesses elementos foi considerada uma probabilidade de 30% de recontratação para o ativo a carvão, valor nulo atribuído ao earn-out a gás, estrutura de pagamentos prevista no SPA e parâmetros econômico-financeiros constantes do laudo de avaliação, o avaliador independente apurou o valor justo do earn-out de carvão em R$ 216.724, correspondente a R$ 86,69 por ação de Porto do Pecém. Considerando a quantidade de ações detidas pela Classe Única, na data da transação, o valor justo do ativo referente ao earn-out totalizava, na data-base de avaliação, R$ 25.730.

4.3.2 Comissão sobre Performance

Na data-base, a Classe Única registrou provisão a receber no montante de R$ 1.320, referente à "Comissão sobre performance", decorrente do Contrato de Consultoria Especializada. A respectiva comissão é calculada com base na diferença entre a Performance Global e a Performance dos fundos cessionários, considerando (i) as distribuições aos cotistas da Classe Única e dos fundos cessionários, (ii) os fluxos recebidos diretamente pelo Banco XP S.A. relativos às ações preferenciais classe B de emissão da Sociedade Investida e (iii) as remunerações de performance pagas à Mercúrio Gestora de Recursos Ltda., todos atualizados pelo IPCA acrescido de sobretaxa de 18% ao ano, nos termos previstos no referido contrato.

5. Instrumentos financeiros derivativos

A Classe Única somente poderá operar no mercado de derivativos para fins de proteção patrimonial ou quando tais operações envolverem opções de compra ou venda de ações das sociedades alvo que integram a carteira da Classe Única com o propósito de ajustar o preço de aquisição da respectiva sociedade alvo com o consequente aumento ou diminuição futura na quantidade de ações investidas ou alienar essas ações no futuro como parte da estratégia de desinvestimento. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 a Classe Única não realizou operações com derivativos.

6. Gerenciamento de riscos

Os principais riscos a que o Fundo estava exposto eram os abaixo relacionados. A lista a seguir não era exaustiva, o Fundo podia estar exposto a riscos adicionais:

Risco de Mercado: Os valores dos ativos integrantes da carteira da Classe são passíveis das oscilações decorrentes das flutuações de preços e cotações de mercado, bem como das taxas de juros e dos resultados dos emissores dos ativos financeiros que compõem a carteira da Classe. Nos casos em que houver queda do valor dos ativos que compõem a carteira da Classe, o patrimônio líquido da Classe pode ser afetado negativamente. Em determinados momentos de mercado, a volatilidade dos preços dos ativos pode ser elevada, podendo acarretar oscilações bruscas no valor das Cotas e no resultado da Classe.

Risco Decorrente dos Efeitos da Política Econômica do Governo Federal: Consiste no risco de fatores macroeconômicos, como os efeitos da política econômica praticada pelo governo brasileiro e demais variáveis exógenas, tais como, a ocorrência, no Brasil ou exterior, de eventos de natureza política, econômica, financeira ou regulatória que influenciem de forma relevante o mercado brasileiro.

Risco de Alterações na Taxa de Juros e Cambial: Consiste no risco de oscilação do preço da moeda estrangeira ou a variação de uma taxa de juros/cupom cambial que poderá afetar negativamente a carteira da Classe com a consequente possibilidade de perda do capital investido em virtude de estar aplicada em ativos atrelados direta ou indiretamente à variação da moeda estrangeira e/ou ativos no exterior.

Risco de Crédito: Os títulos públicos e/ou privados de dívida que compunham a carteira do Fundo e dos fundos investidos estavam sujeitos à capacidade dos seus emissores e/ou contrapartes do Fundo e/ou dos fundos investidos honrarem os compromissos de pagamento de juros e principal de suas dívidas. Alterações nas condições financeiras dos emissores dos títulos e/ou contrapartes de transações do Fundo e/ou dos fundos investidos e/ou na percepção que os investidores têm sobre tais condições, bem como alterações nas condições econômicas e políticas que podiam comprometer a sua capacidade de pagamento, trariam impactos significativos em termos de preços e liquidez dos ativos desses emissores. Mudanças na percepção da qualidade dos créditos dos emissores,

Docusign Envelope ID: 143C1E3D-C1AD-8E8D-83A5-CC3B25F0EAD3

mesmo que não fundamentadas, poderiam trazer impactos nos preços dos títulos, comprometendo também sua liquidez. O Fundo e os fundos investidos poderiam ainda incorrer em risco de crédito na liquidação das operações realizadas por meio de corretoras e distribuidoras de valores mobiliários. Na hipótese de um problema de falta de capacidade e/ou disposição de pagamento de qualquer dos emissores de títulos de dívida ou das contrapartes nas operações integrantes da carteira do Fundo e/ou dos fundos investidos, estes poderiam sofrer perdas, inclusive incorrendo em custos para conseguir recuperar os seus créditos.

Risco de Liquidez: O Fundo poderia estar sujeito a períodos de dificuldade de execução de ordens de compra e venda, ocasionados por baixas ou inexistentes demanda e negociabilidade dos ativos financeiros integrantes da carteira do Fundo. Neste caso, o Fundo poderia não estar apto a efetuar, dentro do prazo máximo estabelecido no regulamento e na regulamentação em vigor pagamentos relativos a resgates de cotas do Fundo, quando solicitados pelos cotistas. Este cenário poderia se dar em função da falta de liquidez dos mercados nos quais os valores mobiliários eram negociados, grande volume de solicitações de resgates ou de outras condições atípicas de mercado. Nessas hipóteses, a Administradora poderia, inclusive, determinar o fechamento do Fundo para novas aplicações ou para resgates, obedecidas as disposições legais vigentes.

Risco de Mercado Externo: A Classe poderá investir seu patrimônio líquido em ativos localizados e/ou negociados no exterior e, consequentemente, as performances da Classe e dos ativos que integrem a sua carteira podem ser afetadas por requisitos legais ou regulatórios, por exigências tributárias relativas a todos os países nos quais eles invistam ou, ainda, pelos riscos de natureza cambial acima mencionados.

Risco Tributário: O Governo Federal regularmente introduz alterações nos regimes fiscais que podem aumentar a carga tributária incidente sobre o mercado de valores mobiliários brasileiro. Essas alterações incluem modificações na alíquota e na base de cálculo dos tributos e, ocasionalmente, a criação de impostos temporários, cujos recursos são destinados a determinadas finalidades governamentais. Os efeitos dessas medidas de reforma fiscal e quaisquer outras alterações decorrentes da promulgação de reformas fiscais adicionais não podem ser quantificados. No entanto, algumas dessas medidas poderão sujeitar a Classe, os ativos que integrem a sua carteira e/ou os Cotistas a novos recolhimentos não previstos inicialmente. Não há como garantir que as regras tributárias atualmente aplicáveis permanecerão vigentes, existindo o risco de tais regras serem modificadas no contexto de uma reforma tributária, o que também poderá impactar os resultados dos Ativos Investidos e, consequentemente, os resultados da Classe e a rentabilidade dos Cotistas. Adicionalmente, o Congresso Nacional considera uma ampla reforma tributária, e algumas das alterações propostas incluem mudanças substanciais na tributação aplicável aos fundos de investimento. Aprovações dessas propostas legislativas relacionadas a questões tributárias podem impactar a carga tributária incidente sobre o investimento nas Cotas do Fundo.

Risco Regulatório: As eventuais alterações nas normas ou leis aplicáveis ao Fundo, seus ativos financeiros e aos fundos investidos, incluindo, mas não se limitando àqueles referentes a tributos, podem causar um efeito adverso relevante no preço dos ativos e/ou na performance das posições financeiras adquiridas pelo Fundo e/ou pelos fundos investidos.

Risco de Concentração: O risco associado às aplicações da Classe é diretamente relacionado à concentração das aplicações. Quanto maior a concentração das aplicações da Classe em uma única ou em poucas sociedades e/ou fundos de investimento, maior será a vulnerabilidade da Classe em relação ao risco de tal(is) emissor(es). Além disso, a despeito dos limites de concentração previstos neste Regulamento, pode ocorrer de a Classe, no início do Período de Investimento ou próximo ao final de seu Prazo de Duração, possuir até 100% (cem por cento) de seus recursos investidos em um único ativo. A materialização de tal concentração poderá afetar negativamente os investimentos da Classe, o que poderá depreciar de forma significativa o seu patrimônio líquido e, por consequência, a rentabilidade e o capital investido pelos Cotistas.

Risco Operacional e de Ausência de Preços: A Classe poderá sofrer perdas decorrentes de falhas nos processos operacionais, tanto internos quanto de outros participantes do mercado com o qual a Classe transacione, os quais podem afetar a aplicação, a amortização e/ou o resgate de Cotas, bem como a liquidação das operações realizadas pela Classe, podendo acarretar perdas no valor das Cotas. Ainda, o valor dos ativos negociados em mercados internacionais poderá ser disponibilizado em periodicidade distinta da utilizada em mercados nacionais e, em virtude disso, o apreçamento dos ativos que dependam dessa divulgação pode restar comprometido, seja por imprecisão na precificação, seja devido a falhas sistêmicas, fuso horário dos mercados internacionais etc.

Docusign Envelope ID: 143C1E3D-C1AD-8E8D-83A5-CC3B25F0EAD3

Risco Proveniente do Uso de Derivativos: O Fundo realizava operações nos mercados de derivativos como parte de sua estratégia de investimento. Estas operações podiam não produzir os efeitos pretendidos, provocando oscilações bruscas e significativas no resultado do Fundo, ocasionando perdas patrimoniais para os cotistas. Isto poderia ocorrer em virtude do preço dos derivativos depender, além do preço do ativo objeto do mercado à vista, de outros parâmetros de precificação baseados em expectativas futuras. Mesmo que o preço do ativo objeto permanecesse inalterado, poderia ocorrer variação nos preços dos derivativos, tendo como consequência o aumento de volatilidade de sua carteira. O risco de operar com uma exposição maior que o seu patrimônio líquido podia ser definido como a possibilidade de os ganhos do Fundo serem inferiores aos custos operacionais, sendo assim, insuficientes para cobrir os custos financeiros. Um Fundo que possui níveis de exposição maiores que o seu patrimônio líquido representa risco adicional para os investidores. Os preços dos ativos e dos derivativos podiam sofrer alterações substanciais levando a perdas ou ganhos significativos.

Risco da Sociedade Investida: Em virtude da participação da Classe nas sociedades emissoras dos ativos que venham a integrar sua carteira, em atenção à política de investimento estabelecida por meio deste Regulamento, todos os riscos atrelados a referidas sociedades poderão resultar em perdas patrimoniais e em riscos operacionais à Classe, impactando negativamente a rentabilidade da Classe e das Cotas de sua emissão. Além disso, salvo quando dispensado pelas disposições regulatórias aplicáveis e/ou por este Regulamento, a Classe influenciará na definição da política estratégica e na gestão das sociedades emissoras dos ativos em questão. Dessa forma, caso determinada sociedade tenha sua falência decretada e/ou sofra desconsideração da personalidade jurídica, a responsabilidade pelo pagamento de determinados passivos da referida sociedade poderá ser atribuída à Classe, o que poderá causar um impacto negativo no valor das Cotas. Além disso, a performance econômico-financeira das sociedades emissoras dos ativos pode ser afetada em virtude de interferências legais em seus projetos e nos setores em que atue, bem como por demandas judiciais em que tais sociedades figurem como parte, em razão, dentre outros, de danos ambientais, prejuízos causados a particulares e indenizações diversas, o que também poderá causar prejuízos às Cotas e aos Cotistas. A Sociedade Investida assinou contratos de venda de energia no ambiente regulado, com vigência até julho de 2027, e está autorizada a operar como produtor independente de energia elétrica até julho de 2043. Se a Sociedade Investida não celebrar novos contratos ou deixar de ser estar autorizada, em termos menos favoráveis, as condições financeiras, resultados e operações da Sociedade Investida poderão ser negativamente afetados.

Risco sobre a Propriedade da Sociedade Investida: Apesar de a carteira do Fundo ser constituída, predominantemente, pelos valores mobiliários de emissão da Sociedade Investida, a propriedade das Cotas não confere aos Cotistas a propriedade direta sobre tais valores mobiliários. Os direitos dos Cotistas são exercidos sobre todos os valores mobiliários e outros ativos da carteira do Fundo de modo não individualizado, no limite deste Regulamento e da legislação em vigor, proporcionalmente ao número de Cotas que detém no Fundo.

Riscos Relacionados aos Setores de Atuação da Sociedade Investida: O objetivo do Fundo é realizar investimentos na Sociedade Investida, que promove suas atividades no setor de energia elétrica de acordo com contratos de venda de energia e a legislação do setor elétrico, incluindo todas as resoluções emitidas pela ANEEL e que está sujeita a riscos característicos e individuais do segmento em que atua, o qual pode, direta ou indiretamente, influenciar negativamente o valor das Cotas. A Sociedade Investida, sendo do setor de energia, está sujeita a diversos riscos. A Sociedade Investida assinou contratos de venda de energia no ambiente regulado a preços fixos e indexados anualmente ao IPCA cuja contraparte é um conjunto de distribuidoras. Tais contratos estão, em regra geral, sujeitos à extinção antecipada em determinadas circunstâncias, podendo ser motivada por interesse público ou por inadimplemento da Sociedade Investida, conforme disposto no referido contrato, podendo tal extinção antecipada estar muitas das vezes fora do controle do Fundo. A ocorrência de qualquer desses eventos poderá causar um efeito adverso para o Fundo. Além disso, o setor de energia é altamente regulado. Os resultados futuros da Sociedade Investida estão sujeitos a incertezas, contingências e riscos no âmbito econômico, concorrencial, regulatório e operacional, muitos dos quais estão fora de controle do Fundo. Assim, a Sociedade Investida pode enfrentar fatores e circunstâncias imprevisíveis que gerem um efeito adverso sobre o Fundo e o valor das Cotas.

Risco Ambiental: O Fundo está sujeito a todo e qualquer evento ou medidas que, direta ou indiretamente, resulte em impacto ao meio ambiente e/ou ao projetos da Sociedade Investida, inclusive e sem limitação: proibições, atrasos e interrupções; não atendimento das exigências ambientais; embargos de obra e/ou suspensão das atividades; surgimento de exigências ambientais adicionais não previstas inicialmente; falhas no levantamento da fauna e da flora; falhas no plano de execução ambiental; e/ou qualquer dano ao meio ambiente. Tais eventos ou medidas podem causar prejuízos ao Fundo.

Docusign Envelope ID: 143C1E3D-C1AD-8E8D-83A5-CC3B25F0EAD3

Risco de Coinvestimento – Participação Minoritária na Sociedade Investida: O Fundo poderá coinvestir com outros fundos e/ou veículos geridos/administrados ou não pela Administradora e/ou o Gestor ou suas respectivas partes relacionadas, os quais poderão ter participações maiores que as do Fundo na Sociedade Investida, e em decorrência, maior participação no processo de governança dessa Sociedade Investida. Nesses casos, o Fundo, na posição de acionista minoritário, estará sujeito significativamente aos atos de governança dos membros da gestão, conselho de administração e/ou comitês de governança não indicados pelo Fundo, e cujos interesses podem, por vezes, estar em conflito com os interesses do Fundo. O coinvestimento envolve riscos adicionais que podem não estar presentes em investimentos onde um coinvestidor não está envolvido, incluindo a possibilidade de que um coinvestidor ou coinvestidores venham a tomar decisões (sozinho ou em bloco) ou tenham interesses ou objetivos que são diferentes daqueles do Fundo, inclusive devido a dificuldades financeiras ou outras formas de conduta que afetem o seu comportamento, resultando em um impacto negativo sobre tal investimento. Não há garantia de que direitos usualmente oferecidos a acionistas minoritários estarão disponíveis para o Fundo com relação a qualquer investimento, ou que tais direitos irão proporcionar proteção suficiente dos interesses do Fundo.

Risco de Coinvestimento – Coinvestimento por determinados Cotistas: O Fundo poderá, na forma prevista neste Regulamento e observado o disposto na regulamentação aplicável, coinvestir na Sociedade Investida com Cotistas e/ou outros fundos e/ou veículos geridos/administrados pela Administradora e/ou pelo Gestor ou suas respectivas partes relacionadas. Em caso de coinvestimentos com cotistas, não há qualquer obrigação de o Gestor apresentar a oportunidade a todos os Cotistas e nem de aceitar a participação de mais de um interessado. Não há qualquer garantia de participação em coinvestimento pelos Cotistas e o Gestor, poderá ter discricionariedade de escolher aquele que entender mais adequado. Não há como garantir que a escolha se mostrará acertada e nem que não haverá conflitos potenciais ou efetivos no futuro em razão de tais escolhas.

Riscos Relacionados à Distribuição de Dividendos Diretamente aos Cotistas: Os recursos gerados pelo Fundo serão provenientes essencialmente dos rendimentos, dividendos e outras remunerações que sejam atribuídas aos valores mobiliários integrantes de sua carteira, bem como pela alienação de referidos valores mobiliários. Portanto, a capacidade do Fundo de amortizar Cotas está condicionada ao recebimento pelo Fundo dos recursos acima citados.

Risco Operacional da Sociedade Investida: Em virtude da participação na Sociedade Investida, todos os riscos operacionais da Sociedades Investidas poderão resultar em perdas patrimoniais e riscos operacionais ao Fundo impactando negativamente sua rentabilidade. Além disso, o Fundo influenciará na definição da política estratégica e na gestão da Sociedade Investida.

Risco de Investimento na Sociedade Investida Constituídas e em Funcionamento: O Fundo poderá investir na Sociedade Investida, plenamente constituída e em funcionamento. Desta forma, existe a possibilidade de tal(is) companhia(s): (a) estar(em) inadimplente(s) em relação ao pagamento de tributos federais, estaduais ou municipais; (b) estar(em) descumprindo obrigações relativas ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS; (c) possuír(em) considerável passivo trabalhista, ambiental, cível, entre outros. Dessa forma, dependendo da complexidade da questão e dos montantes envolvidos, o Fundo e, consequentemente os Cotistas, poderão ter significativas perdas patrimoniais decorrentes dos eventos indicados acima.

Risco de Conversão em Cotas Amortizáveis: Conforme previsto no item 3.1.5 deste Regulamento, caso um Cotista venha a ser identificado como uma Pessoa Restrita, ficarão automaticamente suspensos os seus direitos econômicos e políticos em relação às Cotas que tal Cotista detenha, sendo que, caso o Cotista não aliene as Cotas na forma prevista neste Regulamento, as mesmas serão convertidas automaticamente em Cotas Amortizáveis, amortizadas e canceladas. O pagamento da amortização das Cotas Amortizáveis pode não ocorrer imediatamente caso o Fundo não tenha recursos para tanto, de modo que o Cotista identificado como Pessoa Restrita pode sofrer prejuízos em decorrência de eventual pagamento a prazo da amortização das Cotas Amortizáveis canceladas.

Risco Relativo ao Prazo de Duração Indeterminado do Fundo: Considerando que o Fundo é constituído sob a forma de condomínio fechado, não é permitido o resgate das Cotas antes do final do seu prazo de duração. Sem prejuízo da hipótese de liquidação do Fundo, caso os Cotistas decidam pelo desinvestimento no Fundo, somente poderão realizá-lo mediante negociação de suas Cotas em mercado secundário, observado que os Cotistas poderão enfrentar baixa liquidez na negociação das Cotas no mercado secundário ou obter preços reduzidos na venda das Cotas.

Docusign Envelope ID: 143C1E3D-C1AD-8E8D-83A5-CC3B25F0EAD3

Risco Relacionado ao Acordo de Acionistas da Sociedade Investida: O Fundo é parte do Acordo de Acionistas da Sociedade Investida, que estabelece, entre outras coisas, que os votos exercidos pelos acionistas da Sociedade Investida (incluindo o Fundo), estão sujeitos a reunião prévia dos acionistas. Dessa forma, o Fundo, na qualidade de acionista da Sociedade Investida, pode não conseguir exercer seu voto livremente, estando sujeito às decisões das reuniões prévias na forma prevista no Acordo de Acionistas da Sociedade Investida. Tais regras relacionadas ao exercício de voto nos termos do Acordo de Acionistas da Sociedade Investida podem afetar adversamente o Fundo e trazer prejuízos para os Cotistas.

Disputas e contingências podem afetar de forma adversa a Sociedade Investida: A Sociedade Investida é parte de diversos processos judiciais e administrativos de natureza cível, tributária, regulatória, ambiental, trabalhista e criminal, incluindo processos não quantificáveis ou com pedidos não pecuniários. Além disso, a Sociedade Investida poderá ser, no futuro, ré em uma série de processos judiciais e administrativos relacionados a questões cíveis, consumeristas, ambientais, trabalhistas, administrativas, tributárias, imobiliárias, entre outras. Decisões ou acordos desfavoráveis com relação a processos ou disputas judiciais ou administrativas poderão resultar em desembolsos de caixa relevantes para a Sociedade Investida, o que poderá afetar negativamente a condição financeira da Classe. A existência de contingências envolvendo a Sociedade Investida pode afetar a capacidade dos sócios da Sociedade Investida, incluindo a Classe, em transferir suas participações na Sociedade Investida e/ou liquidar a Sociedade Investida até a conclusão de tais contingências.

7 Emissões, resgates, amortizações de cotas e constituição de reservas

Emissão: As Cotas serão integralizadas à vista, no ato da subscrição, ou mediante chamada de capital, a ser realizada pela Administradora, nas datas e na forma especificada no respectivo boletim de subscrição, pelo valor definido nos termos regulamento, em moeda corrente nacional, por meio da B3, caso as Cotas estejam custodiadas na B3; ou de transferência eletrônica disponível – TED, ou outra forma de transferência de recursos autorizada pelo BACEN, exclusivamente na conta corrente autorizada da Classe Única indicada pela Administradora, servindo o comprovante de depósito ou transferência como recibo de quitação.

Resgate: O resgate de Cotas será admitido apenas nas seguintes hipóteses: (a) quando do término do Prazo de Duração; (b) quando da amortização integral das respectivas Cotas; ou (c) quando da liquidação da Classe Única em eventos distintos daqueles que ensejarem sua liquidação antecipada, nos termos da regulamentação vigente, observado que as Cotas Amortizáveis (mantidas no ambiente escritural junto ao escriturador da Classe Única) podem ser integralmente amortizadas e canceladas anteriormente ao término do Prazo de Duração, na forma deste Regulamento. Para pagamento do resgate, será utilizada o valor da Cota de Fechamento do último Dia Útil do Prazo de Duração da Classe Única.

Amortização: As distribuições de rendimentos aos Cotistas da Classe serão feitas sob a forma de: (i) amortização de Cotas, sempre proporcionalmente ao número de Cotas integralizadas por cada Cotista; (ii) resgate de Cotas, quando da amortização integral das Cotas e/ou liquidação da Classe Única, inclusive em virtude do término do Prazo de Duração. As Cotas Amortizáveis terão preferência em relação às demais Cotas para fins de amortização.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, houve amortização de cotas no montante de R$ 214.930 (R$ 338.648 em 2024).

Reserva de lucros: O Administrador no final de cada exercício social transfere a totalidade dos valores apurados de lucros acumulados para a conta de reserva no patrimônio líquido da Classe Única.

8 Remuneração da administradora

Taxa de administração: Pelos serviços de administração da Classe Única, a Administradora faz jus a uma remuneração anual equivalente a 0,12%, ao ano, observado o mínimo mensal de R$ 15 sobre o valor do seu patrimônio líquido.

A taxa de administração é provisionada diariamente (em base de 252 dias por ano) sobre o valor do patrimônio líquido da Classe Única e paga mensalmente, por período vencido, até o 5º dia útil do mês subsequente.

Docusign Envelope ID: 143C1E3D-C1AD-8E8D-83A5-CC3B25F0EAD3

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 a Classe Única incorreu em despesa de R$ 195 (R$ 191 em 2024) a título de taxa de administração, conforme composição do resultado do exercício.

Taxa de custódia: Pelos serviços de custódia dos ativos financeiros e valores mobiliários e tesouraria da carteira da Classe Única, o Custodiante faz jus a uma remuneração anual equivalente a 0,045%, observado o mínimo mensal de R$ 6.500,00 (seis mil e quinhentos reais) sobre o valor do seu patrimônio líquido.

A taxa de custódia deve ser provisionada diariamente (em base de 252 dias por ano) sobre o valor do patrimônio líquido da Classe Única e paga mensalmente, por período vencido, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 a Classe Única incorreu em despesa de R$ 80 (R$ 102 em 2024) a título de taxa de custódia, conforme composição do resultado do exercício.

Taxa de gestão: Pelos serviços de gestão da Classe Única, a Gestora faz jus a uma remuneração anual equivalente a 0,12% ao ano, sobre o valor do seu patrimônio líquido.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 a Classe Única incorreu em despesa de R$ 134 (R$ 514 em 2024), a título de taxa de gestão, conforme composição do resultado do exercício.

Taxa de performance: Não é devida qualquer taxa de performance na Classe Única.

Taxa de ingresso e saída: Não é devida qualquer taxa de ingresso e saída na Classe Única.

9 Custódia dos títulos da carteira

As cotas dos fundos de investimentos são escriturais e o seu controle é mantido pelos administradores dos respectivos fundos.

As ações de companhias fechadas em nome da Classe Única estão registradas nos livros de registro de ações nominativas das respectivas companhias.

10 Tributação

De acordo com a Lei nº 11.312/06, os rendimentos auferidos no resgate de cotas dos Fundos de Investimento em Participações, inclusive quando decorrentes da liquidação do Fundo, ficam sujeitos ao imposto de renda na fonte à alíquota de 15% incidente sobre a diferença positiva entre o valor de resgate ou amortização e o custo de aquisição das cotas, àqueles cotistas sujeitos à tributação.

No caso de amortização de cotas, o imposto incidirá sobre o valor que exceder o respectivo custo de aquisição, sujeito ao imposto de renda na fonte à alíquota de 15%. Da mesma forma, estão sujeitos à tributação do imposto de renda, utilizando-se a mesma alíquota, os rendimentos auferidos pelos cotistas quando da distribuição de valores pelo Fundo.

Em 13 de dezembro de 2023 foi publicada a Lei nº 14.754 (“Lei 14.754”), que trouxe alterações à tributação dos fundos de investimento constituídos sob a forma de condomínio fechado.

Os rendimentos auferidos a partir de 1º de janeiro de 2024 em fundos de investimento fechados, exceto i) FIA; ii) FIDC e FIP, se classificados como Entidade de Investimentos, nos termos da resolução CMN 5.111/23; e iii) ETFs, passarão a ter incidência periódica do Imposto de Renda Retido na Fonte (come-cotas), no último dia útil dos meses de maio e novembro, às alíquotas de 15% ou 20% conforme o prazo médio da carteira do fundo. No momento do resgate, amortização ou distribuição de rendimentos deverá ser aplicada alíquota complementar, se aplicável, conforme o prazo de investimento de cada cotista.

11 Serviços contratados

Docusign Envelope ID: 143C1E3D-C1AD-8E8D-83A5-CC3B25F0EAD3

A Classe Única possui os seguintes prestadores de serviços:

Administração:	XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.
Gestão:	XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.
Custódia:	XP Serviços Financeiros DTVM Ltda.
Controladoria:	XP Serviços Financeiros DTVM Ltda.
Tesouraria:	Banco XP S.A.
Consultoria especializada:	MConsultoria Ltda.
Auditoria:	PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda.

12 Encargos debitados

Os encargos e despesas debitadas da Classe Única e respectivos percentuais em relação ao patrimônio líquido médio são os seguintes:

Encargos	2025		2024	
	Valor	% sobre PL médio	Valor	% sobre PL médio
Consultoria financeira (i)	(2.096)	(1,90)	(4.980)	(3,26)
Honorários Advocatícios	(293)	(0,27)	(1.754)	(1,15)
Taxa de gestão	(134)	(0,12)	(514)	(0,34)
Remuneração da Administração	(195)	(0,18)	(191)	(0,13)
Auditoria e custódia	(163)	(0,15)	(102)	(0,07)
Taxa de fiscalização	(35)	(0,03)	(35)	(0,02)
Despesas com lauditas	(21)	(0,02)	(12)	(0,01)
Custo Cetip/Selic	(18)	(0,02)	(33)	(0,02)
Taxa Anbima	(3)	(0,01)	(9)	(0,01)
Total	**(2.958)**	**(2,70)**	**(7.630)**	**(5,01)**
Patrimônio líquido médio	**110.187**		**152.428**	

(i) Consultoria financeira: A Classe Única, através de seu Gestor, firmou contrato de prestação de serviços de consultoria especializada com a MConsultoria Ltda. CNPJ 50.620.311/0001-21, estando contido no escopo de consultoria atribuições como: sugerir estratégias e diretrizes de investimento e desinvestimento para a Sociedade Investida; fornecer ao Gestor e aos Cotistas, sempre que solicitado, todas as informações solicitadas sobre os Ativos Alvo e a Sociedade Investida e a seu setor de atuação que estejam em sua posse ou tenham sido desenvolvidos pelo Consultor Especializado, incluindo, mas não se limitando a informações financeiras e operacionais e de mercado; quando solicitado pelos Cotistas e/ou pelo Gestor, fornecer relatórios com dados atualizados operacionais e financeiros relacionados aos Ativos Alvo e à Sociedade Investida; elaborar, em conjunto com o Gestor, relatório anual a respeito das operações e resultados do Fundo, incluindo a declaração de que foram obedecidas as disposições regulamentares aplicáveis, assim como as constantes no regulamento do Fundo.

13 Rentabilidade da Classe Única

Exercício/Período	Preço unitário	Patrimônio líquido médio	Rentabilidade (%)	Rentabilidade teórica (%)[1]
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025	157,257091	110.187	(53,81)	32,73
Exercício findo em 31 de dezembro de 2024	340,437855	152.428	(69,38)	16,82

Docusign Envelope ID: 143C1E3D-C1AD-8E8D-83A5-CC3B25F0EAD3

[1] A rentabilidade teórica desconsidera os efeitos que os eventos de amortização produzem sobre a cota diária da Classe Única.

A rentabilidade obtida no passado não representa garantia de resultados futuros.

14 Política de distribuição de resultados

Os valores recebidos a título de pagamento de dividendos ou juros sobre capital próprio de titularidade da Classe Única poderão ser destinados à amortização de cotas, observando-se que: (i) caso tais recursos sejam distribuídos durante o período de investimento, estes poderão ser retidos, total ou parcialmente, para pagamento de encargos da Classe Única ou para seu reinvestimento, o restante serão repassados diretamente aos cotistas; e (ii) caso a distribuição ocorra no período de desinvestimento, os valores relativos aos dividendos ou aos juros sobre capital próprio serão repassados aos cotistas e os valores relativos aos juros e/ou qualquer outra remuneração decorrente dos ativos-alvo de titularidade da Classe Única serão destinados à amortização de cotas.

15 Transações com partes relacionadas

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Classe Única possui os seguintes saldos com partes relacionadas e os seguintes montantes de resultado apurado em transações com partes relacionadas:

Transação	2025		2024		Parte relacionada
	Passivo	Resultado	Passivo	Resultado	
Taxa de administração	(15)	(195)	(15)	(191)	XP Investimentos CCTVM S.A.
Taxa de gestão	(11)	(134)	(10)	(514)	XP Investimentos CCTVM S.A.
Taxa de custódia	-	(80)	(6)	(102)	Modal DTVM Ltda.

16 Demandas judiciais

Não há registros de demandas judiciais ou extrajudiciais contra o Fundo, quer na defesa dos direitos do cotista, quer desses contra a Administração do Fundo.

17 Contrato de prestação de serviço de auditoria

O Fundo não contratou outros serviços junto ao auditor independente responsável pelo exame das demonstrações contábeis, que não seja o de auditoria das demonstrações contábeis.

18 Política de divulgação de informações

O administrador da Classe Única deverá enviar aos cotistas, à entidade administradora de mercado organizado onde as cotas estejam admitidas à negociação e à CVM, por meio do sistema de envio de documentos disponível na página da CVM na rede mundial de computadores, as seguintes informações: i) Trimestralmente, em até 15 (quinze) dias após o encerramento do trimestre civil a que se referirem; ii) Semestralmente, em até 150 (cento e cinquenta) dias após o encerramento do semestre a que se referirem, a composição da carteira, discriminando quantidade e espécie dos títulos e valores mobiliários que a integram; iii) Anualmente, em até 150 (cento e cinquenta) dias após o encerramento do exercício social, as demonstrações contábeis auditadas, acompanhadas do relatório dos auditores independentes e do relatório do administrador e gestor.

19 Alterações estatutárias

Docusign Envelope ID: 143C1E3D-C1AD-8E8D-83A5-CC3B25F0EAD3

Não houve alterações estatutárias no exercício.

20 Outros assuntos

Ajuste na apresentação da demonstração das mutações do patrimônio líquido (DMPL) e demonstração dos fluxos de caixa: Em conformidade com as normas contábeis vigentes e com o objetivo de proporcionar maior transparência e clareza na divulgação das informações, efetuou-se, no exercício, reclassificações entre os saldos apresentados em Amortização de Cotas e Amortização de Rendimentos, tanto na DMPL quanto DFC. Destaca-se que tais ajustes referem-se exclusivamente à melhor apresentação das demonstrações contábeis, não acarretando efeitos sobre o resultado do exercício e/ou patrimônio líquido total.

21 Eventos subsequentes

Na data-base, o direito contratual ao recebimento de earn-out decorrente da venda da participação em Porto do Pecém Geração de Energia Ltda., conforme Nota 4.3.1, estava mensurado a valor justo em R$ 25.730. Esse valor refletia as informações disponíveis naquele momento, em especial a incerteza quanto à realização de leilões de reserva de capacidade e à efetiva recontratação de energia da usina a carvão.

Em 18 de março de 2026, foi realizado o Leilão de Reserva de Capacidade de 2026 (LRCAP 2026), no qual houve adjudicação de contrato de venda de energia lastreado na usina de Porto do Pecém. De acordo com o SPA, a adjudicação e a posterior assinatura do contrato de reserva de capacidade constituem o evento-gatilho para a revisão das expectativas de recebimento do earn-out.

Considerando esse novo contexto, a Administração revisou o modelo econômico-financeiro utilizado na mensuração do valor justo do earn-out, com atualização das premissas de probabilidade de recebimento, prazo contratual e preços de referência previstos no SPA. Em decorrência dessa reavaliação, em 31 de março de 2026, o valor justo estimado da contraprestação foi ajustado para R$ 90.080.

Eduardo Rebelatto
CRC-SP-328.400/O-8

Lizandro Sommer Arnoni
Diretor Responsável

***

Certificado de Conclusão

Identificação de envelope: 143C1E3D-C1AD-8E8D-83A5-CC3B25F0EAD3
Assunto: XP - DFs - FIP CACTOS - 31.12.2025.pdf
LoS / Área: Assurance (Audit, CMAAS)
Tipo de Documento: Relatórios ou Deliverables
Envelope fonte:
Documentar páginas: 25
Certificar páginas: 2
Assinatura guiada: Ativado
Selo com EnvelopeId (ID do envelope): Ativado
Fuso horário: (UTC-03:00) Brasília

Status: Concluído

Assinaturas: 1
Rubrica: 0

Remetente do envelope:
Thiago Luiz
Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3732, 16º e 17º andares, Edifício Adalmiro Dellape Baptista B32, Itai
São Paulo, São Paulo 04538-132
thiago.luiz@pwc.com
Endereço IP: 134.238.160.2

Rastreamento de registros

Status: Original
01 de junho de 2026 | 20:48
Portador: Thiago Luiz
thiago.luiz@pwc.com
Local: DocuSign

Status: Original
01 de junho de 2026 | 20:52
Portador: CEDOC Brasil
BR_Sao-Paulo-Arquivo-Atendimento-Team@pwc.com
Local: DocuSign

Eventos do signatário	Assinatura	Registro de hora e data
Wilian Shigueaki Tatebe wilian.shigueaki@pwc.com PwC Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma), Certificado Digital **Detalhes do provedor de assinatura:** Tipo de assinatura: ICP-Brasil Emissor: AC SERASA RFB v5 Assunto: CN=WILIAN SHIGUEAKI TATEBE:21858637899	Assinado por: Wilian Shigueaki Tatebe 426B6DDBDFAE45F... Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado Usando endereço IP: 134.238.160.201 Política de certificado: [1]Certificate Policy: Policy Identifier=2.16.76.1.2.3.10 [1,1]Policy Qualifier Info: Policy Qualifier Id=CPS Qualifier: http://publicacao.certificadodigital.com.br/repositorio/dpc/declaracao-rfb.pdf	Enviado: 01 de junho de 2026 | 20:49 Visualizado: 01 de junho de 2026 | 20:50 Assinado: 01 de junho de 2026 | 20:52

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:
Não oferecido através da Docusign

Eventos do signatário presencial	Assinatura	Registro de hora e data

Eventos de entrega do editor	Status	Registro de hora e data

Evento de entrega do agente	Status	Registro de hora e data

Eventos de entrega intermediários	Status	Registro de hora e data

Eventos de entrega certificados	Status	Registro de hora e data

Eventos de cópia	Status	Registro de hora e data

Eventos de cópia	Status	Registro de hora e data
Thiago Luiz thiago.luiz@pwc.com PwC BR Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma) **Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:** Não oferecido através da Docusign	**Copiado**	Enviado: 01 de junho de 2026 | 20:52 Visualizado: 01 de junho de 2026 | 20:52 Assinado: 01 de junho de 2026 | 20:52
Thales faria thales.faria@pwc.com Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma) **Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:** Não oferecido através da Docusign	**Copiado**	Enviado: 01 de junho de 2026 | 20:52 Visualizado: 01 de junho de 2026 | 20:57

Eventos com testemunhas	Assinatura	Registro de hora e data

Eventos do tabelião	Assinatura	Registro de hora e data

Eventos de resumo do envelope	Status	Carimbo de data/hora
Envelope enviado	Com hash/criptografado	01 de junho de 2026 | 20:49
Entrega certificada	Segurança verificada	01 de junho de 2026 | 20:50
Assinatura concluída	Segurança verificada	01 de junho de 2026 | 20:52
Concluído	Segurança verificada	01 de junho de 2026 | 20:52

Eventos de pagamento	Status	Carimbo de data/hora